

Ano 46 | Volume 312 | Fevereiro | 2021

Revista de Processo

COORDENAÇÃO

Teresa Arruda Alvim

Pré-Textuais

Créditos

Expediente

In Memoriam

Linha editorial

Apresentação

Processo e Constituição

Da monocratização à deferência ao Plenário: um ensaio sobre os critérios para a concessão de medidas liminares no controle abstrato de constitucionalidade Georges Abboud e Gilmar Ferreira Mendes

Teoria Geral do Processo

A evolução da segurança jurídica no incidente de desconsideração da personalidade jurídica: a atualização normativa no processo do trabalho Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Francisco Iasley Lopes De Almeida e Nívea Maria Santos Souto Maior

Colaboración y contradictorio: una propuesta de reforma de los principios procesales enunciados en el Proyecto de Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Leandro Giannini

Processo de Conhecimento (Fase Cognitiva)

A admissibilidade da intervenção do amicus curiae em primeira instância, a partir de sua inserção no contexto da ação civil pública Nikolai Bezerra Frio

Tutela Provisória

A utilidade da tutela da evidência diante da possibilidade de julgamento antecipado parcial do mérito Lívia Candido Balus e Pietro Berger de Oliveira

Meios de Impugnação das Decisões Judiciais – Processo nos Tribunais

Do pedido de efeito suspensivo (tutela provisória) antes da interposição da apelação (art. 1.012, §§ 3º e 4º, do CPC) Doshin Watanabe

A ação rescisória (revocazione) no processo civil italiano: críticas do sistema italiano e perspectivas de reforma à luz do novo CPC brasileiro Giorgia Chiamonte

A sustentação oral nos tribunais, a votação “com ressalva de ponto de vista” e outros equívocos que vararam os séculos, comprometendo a eficácia dos julgados J. E. Carreira Alvim

Efeito devolutivo e erro no julgamento colegiado dos recursos Lucas Buriel de Macêdo

Técnicas Adequadas à Litigiosidade Coletiva e Repetitiva

A delimitação da questão comum na admissão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas Pedro Miranda de Oliveira e Fernando Machado Carboni

Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: reflexões em torno da aplicação das regras do procedimento para a sua eficiência Stella Economides Maciel

Tutela Diferenciada

A eficácia objetiva da coisa julgada nos embargos de terceiro Thaís Maia Silva e Augusto Jorge Cury

Direito Jurisprudencial – Precedentes Vinculantes, Jurisprudência Dominante, Súmulas e Temas Afins

A autoridade dos precedentes judiciais e a unidade do direito: uma análise comparada Brasil-Alemanha (I) Gisele Mazzoni Welsch

O que podemos aprender sobre precedentes em um recente julgamento da Suprema Corte dos EUA? Rodrigo Barioni

Uma novidade perturbadora no CPC brasileiro de 2015: a modulação Teresa Arruda Alvim

Direito Estrangeiro e Comparado – Generalidades

Tre note sui “precedenti” nella evoluzione della giurisprudenza della Corte Costituzionale, nella giurisprudenza di una Corte di Cassazione necessariamente ristrutturata, e nella interpretazione delle norme processuali Andrea Proto Pisani

Crisi d’impresa e allerta preventiva: un primo confronto tra la Direttiva (UE) 2019/1023 e le esperienze nazionali Barbara Verri

Tendências Contemporâneas

A virtualização da oralidade João Marcos de Almeida Senna

Inteligência artificial e direitos fundamentais processuais no âmbito cível: uma primeira aproximação Luis Alberto Reichelt

Métodos Alternativos de Solução de Conflitos – ADR

Solução consensual dos conflitos: a Fazenda Pública e a concretização dos direitos fundamentais Sandoval Alves da Silva, Thiago Vasconcellos Jesus e Victor Sales Pinheiro

Análise de decisão do Superior Tribunal de Justiça que teve por fundamento o non liquet (Pedido de Suspensão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 13-RS) Artur César de Souza e João Henrique Tatibana de Souza

Jurisprudência Anotada

Supremo Tribunal Federal

As associações de magistrados possuem legitimidade ativa ad causam para demandas de controle de constitucionalidade quando atendido o requisito de pertinência temática de correlação entre a norma impugnada e suas finalidades institucionais

Superior Tribunal de Justiça

Inaplicabilidade da multa de 10% sobre o débito quando a executada realiza tempestivamente o depósito integral e não apresenta impugnação ao cumprimento da sentença

Não é possível propor nos Juizados Especiais da Fazenda Pública a execução de título executivo formado em ação coletiva que tramitou em rito ordinário, bem como impor o rito sumaríssimo a juízo comum da execução

É cabível a condenação em honorários recursais no caso de desprovimento da apelação interposta pelo vencedor da demanda, com o fim unicamente de majorar os honorários sucumbenciais

Resenha

Comentários à Lei do Mandado de Segurança – Lei 12.016, de 07 de agosto de 2009, de Luiz Manoel Gomes Júnior; Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz; Luiz Otávio Sequeira de Cerqueira; Renato Marcão; Rogério Favreto; Sidney Palharini Júnior
Teresa Arruda Alvim

Índice Alfabético-remissivo

Índice de Temas

Índice de Autores

Normas de Publicação para Autores de Colaboração Autoral Inédita